COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6647, DE 2006

Regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal para disciplinar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal nas hipóteses de graves violações de direitos humanos.

Autor: SENADO FEDERAL

Relatora: Deputada Iriny Lopes

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.647, de 2006, de autoria do Senado Federal, regulamenta o § 5º do artigo 109 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento do incidente de deslocamento de competência para Justiça Federal, nas hipóteses de graves violações a direitos humanos.

De acordo com o dispositivo, acrescentado à Constituição Federal pela emenda nº 45, de 2004, nas hipóteses de grave violação a direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Compete a essa Comissão o exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da medida.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União para legislar sobre direito processual, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos artigos 22, inciso I, 48 e 61, todos da Constituição da República.

No que toca à constitucionalidade material e à juridicidade, não há qualquer ressalva, pois a medida vem justamente para dar plena eficácia à nova norma constitucional. Tornar possível a federalização da competência para julgamento de violações contra os direitos humanos proporciona ao sistema judicial melhores instrumentos para enfrentar a impunidade e a afronta à ordem jurídica. No mais, possibilita à União apurar, processar e julgar casos pelos quais pode ser responsabilizada perante a comunidade internacional.

Passemos ao exame do mérito.

A regulamentação proposta já fora bastante aprimorada pelo Senado Federal que, de início, fez incluir ao artigo 1º do Projeto inicial parágrafo único, onde fica expresso que o deslocamento de competência também alcança matéria cível em sentido amplo.

As graves violações a direitos humanos, por certo, não se restringem ao campo criminal, mas abrangem também matérias ligadas ao direito do idoso, da mulher, da criança e do adolescente, das minorias e meio ambiente, apenas para citar alguns exemplos de interesses difusos e coletivos protegidos nacional e internacionalmente. O Brasil, inclusive, já assinara diversos tratados nessas áreas, sendo, portanto, patente que, ao menos em tese, existam casos em que também seja necessário assegurar o cumprimento de tratados internacionais na esfera cível.

Como a Constituição Federal não utilizou a expressão “crimes contra os direitos humanos”, mas sim “grave violação de direitos humanos”, nada impede que o deslocamento de competência abranja campos diversos do criminal.

Torna-se, entretanto, necessário adaptar o artigo 4º do Projeto às modificações já efetuadas pelo Senado Federal. Isso porque, como a grave violação de direitos humanos também poderá ocorrer em matéria cível, a hipótese nem sempre estará inserida dentro das atribuições da Secretaria de Segurança, podendo recair dentro da área de competência de outro órgão estadual.

Correta também a deliberação de atribuir ao magistrado competente para o julgamento da causa o poder de decidir sobre o aproveitamento dos atos processuais já realizados perante a Justiça Estadual. Tendo em vista que é o magistrado o responsável pela regularidade do feito e pela apreciação das provas, nada mais razoável que ele seja também competente para a convalidação dos atos probatórios.

Por seu turno, a participação de entidades da sociedade civil, além de democratizar o processo, contribui para esclarecimento de matérias e circunstâncias de fato relacionadas à causa, bem como acerca dos reflexos da eventual decisão tomada pelo Tribunal. Em face da importância do processo, que de certa maneira julga a capacidade e lisura das autoridades estaduais para lidar com determinado fato, torna-se importante permitir ao Superior Tribunal de Justiça pleno conhecimento das circunstâncias, argumentos jurídicos e conseqüências da decisão.

No que toca à técnica legislativa, é necessário apenas adequar a proposição ao artigo 7º da Lei Complementar nº 95/1998, segundo o qual o primeiro artigo de toda lei deverá indicar o seu objeto e o respectivo âmbito de aplicação da norma.

Por todo o exposto, meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do presente projeto de lei, e, quanto ao mérito, é pela aprovação, com as emendas aduzidas em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputada Iriny Lopes
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6647, DE 2006

Regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal para disciplinar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal nas hipóteses de graves violações de direitos humanos.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se ao Projeto de Lei o seguinte artigo 1º, renumerando-se os subsequentes:

"Art. 1º Esta Lei regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal para disciplinar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal nas hipóteses de graves violações de direitos humanos

EMENDA Nº 2

Dá-se ao *caput* do artigo 5º do Projeto de Lei a seguinte redação:

“Art. 5º Admitido o incidente, o relator requisitará informações por escrito ao Tribunal de Justiça, à Procuradoria-Geral de Justiça e à Secretaria Estadual responsável. “

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputada Iriny Lopes
Relatora